



Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Gabinete da Deputada Luzia de Paula

L I D O  
Em. 07/03/13  
Assessoria de Plenário

PL 1387 /2013

**PROJETO DE LEI Nº DE 2013**  
**(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PEN)**

**Proíbe a inserção, pelas empresas de telefonia móvel e durante as ligações efetuadas por clientes, de mensagem de voz com cobrança por fatura em atraso e dá outras providências.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:**

**Art. 1º** É vedada às empresas de telefonia móvel que operam ou venham a operar no território do Distrito Federal a inserção, durante as ligações efetuadas por clientes, de mensagem de voz com cobrança por fatura atrasada.

**Art. 2º** O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará à empresa infratora as penalidades previstas na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Setor Protocolo Legislativo

Ph Nº 1387 / 2013

Folha Nº 01 BIA

**JUSTIFICAÇÃO**

A massificação das formas de contato entre fornecedores e consumidores proporciona terreno propício ao abuso praticado na forma de cobranças abusivas ou indevidas. Atento ao problema, o legislador infraconstitucional preocupou-se em coibir essas práticas, instituindo, no âmbito da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), uma seção específica, intitulada “Da Cobrança de Dívidas”. Observando o art. 42 do CDC Por meio do art. 42 concluiremos que ele trata de duas realidades distintas: a cobrança por meios abusivos ou vexatórios e a cobrança de valores indevidos.

26/11  
Costa 11928



Referimo-nos, nesta propositura, à utilização de meio abusivo para cobrança de dívida. Segundo o mencionado art. 42, o consumidor não pode ser exposto a ridículo e nem ser submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça na cobrança de dívida. Pergunta-se: há ou não constrangimento em mensagem de voz que cobra o cliente, durante as suas ligações, por conta em atraso? A resposta é está claro o abuso presente neste meio de cobrança. A operadora de telefonia celular dispõe de outros meios para ser compensada diante de eventual atraso no pagamento da conta, tais como multa por atraso e juros moratórios, sem contar que pode utilizar outros meios de cobrar seus créditos sem que para isso tenha que constranger o seu cliente/consumidor.

Não há justificativa plausível para submeter o cliente a constrangimento e a contratempo durante suas ligações telefônicas. Acreditamos, inclusive, que pode ser classificada como conduta criminosa a utilização da mensagem de voz cobrando o cliente quando este precisa efetuar uma ligação. O art. 71 do CDC, bem abrangente, tipifica como crime a utilização de meio abusivo na cobrança de dívida. Senão, vejamos o que ele diz:

***"Art. 71 - Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas, incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer."***

Por seu turno, a Constituição Federal, em seu art. 24, V, atribui competência a Distrito Federal para legislar sobre consumo, senão vejamos:

***"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
(....)  
V - produção e consumo;"***

Nesse mesmo diapasão caminha o Código de Defesa do Consumidor, cujo caput e o § 1º do art. 55, versam o seguinte:



***"Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.***

***§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias."***

Também a Lei Orgânica do Distrito Federal, ao tratar da relação de consumo, e, precisamente, da proteção do consumidor, estatui o seguinte em seus artigos 17, VIII, 158, V, 191, VIII e 265, III, *verbis*:

***"Art. 17. Compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União, legislar sobre:***

***(...)***

***VIII – responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, espeleológico, turístico e paisagístico;***

.....  
***Art. 158. A ordem econômica do Distrito Federal, fundada no primado da valorização do trabalho e das atividades produtivas, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, tem por fim assegurar a todos existência digna, promover o desenvolvimento econômico com justiça social e a melhoria da qualidade de vida, observados os seguintes princípios:***



Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Gabinete da Deputada Luzia de Paula

Setor Protocolo Legislativo  
Pl N° 1387 / 2013  
Folha N° 04 BIA

(....)

**V – defesa do consumidor;**

.....  
**Art. 191. São atribuições do Poder Público, entre outras:**

(....)

**VIII – promover a defesa e a proteção do consumidor e fiscalizar os produtos em sua fase de comercialização, auxiliando os consumidores organizados e orientando a população quanto a preços, qualidade dos alimentos e ações específicas de educação alimentar;**

.....  
**Art. 265. O Poder Público, na forma da lei, adotará medidas para:**

(....)

**III – garantir os direitos assegurados nos contratos que regulam as relações de consumo, vedado qualquer tipo de constrangimento ou ameaça ao consumidor;”**

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em.....

  
**Deputada LUZIA DE PAULA**  
**Autora**



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

## ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

### Parâmetros de Pesquisa

### Parâmetros de Pesquisa

**Tipo de Proposição** : PL - Projeto de Lei  
**Ano** : 1991 a 2013  
**Palavra-Chave** : TELEFONIA MÓVEL  
**Data** : 11/03/13 10:40:02  
**Proposições Encontradas** : 8 **Tela** : 1/1

**Obs. : Apenas as proposições marcadas serão impressas .**

1  : **PL-117/2003**

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 18/02/03

**Ementa** : VEDA O ESTABELECIMENTO DE PRAZO DE VALIDADE DOS CRÉDITOS NO PLANO DE SERVIÇO PRÉ-PAGO DE TELEFONIA MÓVEL EM LOGRADOUROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Autoria** : CHICO LEITE

2  : **PL-1124/2004**

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 09/03/04

**Norma** : LEI 3966/2007

**Ementa** : IMPEDIR QUE AS EMPRESAS PRESTADORAS DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL ESTABELEÇAM, NOS CASOS QUE ESPECIFICAR, CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : CHICO LEITE

Setor Protocolo Legislativo  
PL N° 1387 / 2013  
Folha N° 05 Bit

3  : **PL-1135/2004**

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 10/03/04

**Ementa** : DISPÕE SOBRE OS NÍVEIS MÁXIMOS DE RADIAÇÃO DECORRENTE DE TORRES DE TELEFONIA MÓVEL EM LOGRADOUROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : CHICO FLORESTA

4  : **PL-1756/2005**

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 01/03/05

**Ementa** : DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ENVIO AO CONSUMIDOR, POR PARTE DAS OPERADORAS DE TELEFONIA MÓVEL, COM A DISCRIMINAÇÃO DAS LIGAÇÕES FITAS PELOS USUÁRIOS DE PLANOS DE PAGAMENTO ANTECIPADO DE CRÉDITOS.

**Indexação** :

**Autoria** : CHICO LEITE

5  : **PL-1766/2005**

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 01/03/05

**Ementa** : DISPÕE SOBRE OS MINUTOS NÃO UTILIZADOS PELOS CONSUMIDORES USUÁRIOS DOS PLANOS PÓS-PAGOS DE TELEFONIA MÓVEL EM LOGRADOUROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Autoria** : CHICO LEITE



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

## ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

6  : [PL-2388/2006](#)

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 03/05/06

**Norma** : LEI 3895/2006

**Ementa** : DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE **TELEFONIA MÓVEL**, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** : SERVIÇO, **TELEFONIA, MÓVEL**, CONSUMIDOR, PLANO, FIDELIDADE, APARELHO, TELEFÔNICO, OPERADORA.

**Autoria** : AGUINALDO DE JESUS

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 1387 / 2013

Folha Nº 06 BIA

7  : [PL-2462/2006](#)

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 01/08/06

**Ementa** : DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS DIFERENCIADOS, PELAS OPERADORAS DE SERVIÇO DE **TELEFONIA MÓVEL** C FEDERAL, NA COBRANÇA DOS SERVIÇOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** : OPERADORAS, **TELEFONIA, TELEFONIA MOVEL, TELEFONIA CELULAR**, (DF), SERVIÇO DE **TELEFONIA**.

**Autoria** : ERIKA KOKAY

8  : [PL-1143/2012](#)

**Localização** : SACP

**Leitura** : 18/09/12

**Ementa** : DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS DE **TELEFONIA MÓVEL** QUE PRESTAM SERVIÇOS NO ÂMBITO DO DISTRITO CONSUMIDORES SOBRE O LIMITE DA FRANQUIA CONTRATADA.

**Indexação** :

**Autoria** : ELIANA PEDROSA

### Parâmetros de Pesquisa

**Tipo de Proposição** : PL - Projeto de Lei  
**Ano** : 1991 a 2013  
**Palavra-Chave** : FATURA EM ATRASO  
**Data** : 11/03/13 10:47:45

**Não existem proposições com os parâmetros fornecidos !**

### Parâmetros de Pesquisa

**Tipo de Proposição** : PL - Projeto de Lei  
**Ano** : 1991 a 2013  
**Palavra-Chave** : FATURA  
**Data** : 11/03/13 10:48:35  
**Proposições Encontradas** : 7 **Tela** : 1/1

**Obs. : Apenas as proposições marcadas serão impressas .**

Desmarca Todas

1  : [PL-22/1995](#)

**Situação** : Sancionado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 02/02/95

**Norma** : LEI 1031/1996

**Ementa** : AUTORIZA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB E COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA-CAESB, COM AS FINALIDADES QUE ESPECIFICA.

**Indexação** : PAGAMENTO DE **FATURA**, RESIDÊNCIAS UNIDOMICILIARES, 50 KWH, 5000 LITROS.

**Autoria** : LUIZ ESTEVÃO



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

## ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

2  : **PL-1839/2001**  **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 06/02/01

**Ementa** : TORNA OBRIGATÓRIO QUE AS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELEFONIA FIXA E CELULAR NO DF, RESPONSÁVEIS PELA EMISSÃO DA FATURA TELEFÔNICA, DISCRIMINE NA FATURA DE COBRANÇA TELEFÔNICA, INFORMAÇÕES DETALHADAS REFERENTES AOS PULSOS EFETUADOS PELO CONSUMIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : WILSON LIMA

3  : **PL-2075/2001**  **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 17/05/01

**Ementa** : DISPÕE SOBRE DESCONTO NO VALOR DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OS CASOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : JOSÉ RAJÃO

4  : **PL-2262/2001**  **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 18/09/01

**Ementa** : TORNA OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO POR PARTE DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - CAESB E DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, DA NOTA FISCAL/FATURA DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA NO ATO DA LEITURA DOS DADOS DOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO (HIDRÔMETRO E DO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA), EM TODO O DISTRITO FEDERAL.

**Indexação** :

**Autoria** : JOÃO DE DEUS

5  : **PL-644/2003**  **Situação** : Rejeitado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 14/08/03

**Ementa** : DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CAMPO ESPECÍFICO NA CONTA FATURA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E CONCESSIONÁRIAS PARA OS CONSUMIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : PENIEL PACHECO

6  : **PL-2378/2006**  **Situação** : Rejeitado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 19/04/06

**Ementa** : PROÍBE A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS NO CASO DE ATRASO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA AO CONSUMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** : PROIBIÇÃO, SUSPENSÃO, FORNECIMENTO, SERVIÇO, CONSUMO, CONCESSÃO, PERMISSÃO, ÁGUA, ENERGIA ELÉTRICA, COLETA, ESGOTO, SANITÁRIO, CONSUMIDOR, RENDA, FAMILIAR, SALÁRIO,

Sector Protocolo Legislativo  
PL Nº 1387/2013  
Folha Nº 07 FIA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

**Autoria** : MÍNIMO.  
: WILSON LIMA

**7**  : PL-1283/2012 

**Situação** : Tramitando

**Localização** : SPL

**Leitura** : 28/11/12

**Ementa** : ASSEGURA AO CÔNJUGE DE USUÁRIO DE SERVIÇO PÚBLICO O DIREITO À INCLUSÃO DE SEU NOME NA FATURA MENSAL DE CONSUMO.

**Indexação** :

**Autoria** : AYLTON GOMES

Ao Protocolo Legislativo para indexação e, em seguida, ao SACP para conhecimento e providências protocolares informando que a matéria tramitará em análises de mérito e admissibilidade na CDC e CCJ, registrando a ocorrência da pesquisa ao Sistema Legis sobre o tema.

Em, 11/03/2013

  
**ITAMAR PINHEIRO LIMA**  
Chefe da Assessoria  
Mat.10.694

Setor Protocolo Legislativo  
PL N° 1387 / 2013  
Folha N° 08 BIA